

Gestão da informação e ciência da informação: elementos para um debate necessário

William Barbosa Vianna

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – SC - Brasil.

Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/1030772767470294>

E-mail: william.vianna@ufsc.br

Maria Cristina Vieira de Freitas

Doutora em Biblioteconomia e Documentação pela Universidad de Salamanca (USAL) - Espanha.

Professora da Universidade de Coimbra (UC) - Portugal.

<http://lattes.cnpq.br/2059074252489081>

<http://orcid.org/0000-0002-8849-8792>

E-mail: cristina.freitas@fl.uc.pt

RESUMO

Este estudo contribui para o desenvolvimento do debate (inter) disciplinar sobre o tema “gestão da informação”, a partir do resgate de autores, abordagens e constructos capazes de subsidiar o aprofundamento desta temática no campo da ciência da informação. Metodologicamente, trata-se de um ensaio baseado em coleta de dados bibliográficos e justifica-se pela relevância dos processos de colaboração e de internacionalização técnico-científica, que dependem de consensos e do uso adequado dos conceitos em dado campo ou área acadêmica. Neste ensaio, apresentam-se as definições e as demarcações teóricas que balizam a discussão e o diálogo em torno do tema abordado, mediados por um pesquisador que experimenta a realidade brasileira e por uma pesquisadora que vivencia a realidade portuguesa. As definições e demarcações foram mapeadas em bases de dados que indexam a literatura científica de ciência da informação e de gestão da informação, no âmbito nacional e internacional. Os resultados apontam para o levantamento de um conjunto de elementos fundamentais para o uso de uma abordagem integrada do assunto, muito possivelmente no contexto do paradigma sistêmico, e para a necessidade de realizar estudos futuros em bases de dados luso-brasileiras, com vista ao cotejo dos elementos identificados neste ensaio com os dados empíricos recolhidos.

Palavras-Chave: Ciência da informação. Gestão da informação. Epistemologia. Disciplinaridade. Interdisciplinaridade. Brasil-Portugal.

Information management and information science: elements for a necessary debate

ABSTRACT

This study contributes to the development of the (inter) disciplinary debate on the theme "Information Management", based on the rescue of authors, approaches and constructs capable of supporting the deepening of this theme in the field of Information Science. Methodologically, this is an essay based on bibliographic data collection and is justified by the relevance of the processes of collaboration and technical-scientific internationalization, which depend on consensus and the appropriate use of concepts in a given field or academic area. In this essay, the theoretical definitions and demarcations that guide the discussion and dialogue around the theme are presented, mediated by a researcher who experiences the Brazilian reality and by a researcher who experiences the Portuguese reality. These definitions and demarcations were mapped in databases that index the scientific literature of Information Science and Information Management, both nationally and internationally. The results point to the survey of a set of fundamental elements for the use of an integrated approach of the subject, very possibly in the context of the systemic paradigm, and to the need to carry out future studies in Luso-Brazilian databases, with a view to the collation. of the elements identified in this Assay with the collected empirical data.

Keywords: *Information Science. Information Management. Epistemology. Disciplinarity. Interdisciplinarity. Brazil-Portugal.*

Gestión de la información y ciencias de la información: elementos para un debate necesario

RESUMEN

Este estudio contribuye al desarrollo del debate (inter) disciplinario sobre el tema "gestión de la información", basado en el rescate de autores, enfoques y construcciones capaces de apoyar la profundización de este tema en el campo de la ciencia de la información. Metodológicamente, es un ensayo basado en la recopilación de datos bibliográficos y se justifica por la relevancia de los procesos de colaboración e internacionalización técnico-científica, que dependen del consenso y el uso apropiado de los conceptos en un campo o área académica determinada. En este ensayo, se presentan las definiciones y demarcaciones teóricas que guían la discusión y el diálogo sobre el tema, mediadas por un investigador que experimenta la realidad brasileña y por un investigador que experimenta la realidad portuguesa. Las definiciones y demarcaciones se mapearon en bases de datos que indexan la literatura científica de la ciencia de la información y la gestión de la información, a nivel nacional e internacional. Los resultados apuntan a la encuesta de un conjunto de elementos fundamentales para el uso de un enfoque integrado del tema, muy posiblemente en el contexto del paradigma sistémico, y a la necesidad de realizar estudios futuros en bases de datos luso-brasileñas, con miras a la recopilación. de los elementos identificados en esta prueba con los datos empíricos recopilados.

Palabras clave: *Ciencias de la información. Gestión de la información. Epistemología Disciplina Interdisciplinarietà. Brasil-Portugal*

INTRODUÇÃO

A gestão da informação (GI), seja como disciplina, termo ou outra categoria de produção intelectual, é frequentemente utilizada no campo da ciência da informação (CI) e em outros campos de conhecimento. Considera-se, porém, que vários dos aspectos epistemológicos fundamentais de sua constituição e uso (inter) disciplinar no campo da CI ainda não foram suficientemente discutidos pelas suas comunidades de prática de língua portuguesa, verificando-se ainda a persistência e a reprodução de confusões teórico-conceituais, com reflexos negativos para a mesma prática científica.

O termo “gestão da informação”, tanto em sua definição - do latim *“definitione”*, que quer dizer exposição com precisão, entendida aqui como tentativa de enunciação clara, específica e normativa - quanto em seus conceitos - também do latim *“conceptus”*, derivado do verbo *concupere*, coisa concebida ou formada na mente de diversos autores -, por ser frequentemente utilizado de muitas maneiras, demanda um necessário debate acerca dos seus contornos. Em outras palavras, importa perceber o que são e como se organizam as abordagens atuais em torno da GI, bem como as suas possíveis implicações.

Não se trata exatamente de postular algum tipo de conceito unívoco, de resto impossível, para o que vem a ser “gestão da informação”, posto que se trata de um termo composto por elementos de natureza polissêmica. Como tal, é abordado em várias áreas do conhecimento científico e em diversos quadrantes da prática profissional afeta a essas mesmas áreas. Importa, contudo, identificar seus diferentes elementos constituintes e tentar perceber, se possível, o alcance e, principalmente, os limites dos seus principais contributos, na expectativa de fornecerem-se os argumentos necessários para fomentar o seu bom uso nas suas comunidades de prática.

Em tal sentido, a GI, no âmbito da CI, seja como disciplina, seja como campo ou área de conhecimento, embora frequentemente invocada por autores e por diversos programas de estudos, no Brasil ou em Portugal, que declaram tê-la na outorga de grau, licenciatura, bacharelado, mestrado e/ou doutorado, ou ainda como área de concentração e/ou linha de pesquisa na pós-graduação, parece ter seus aspectos formais e fundamentais ainda insuficientemente demarcados pelas suas comunidades, embora bem documentados na literatura científica da área, mapeável e em língua portuguesa.

Assim, procura-se provocar uma discussão necessária sobre as possibilidades de desenvolvimento de um estatuto epistemológico declarativo básico e fundamentado do que vem a ser a GI, dentro e fora do campo da CI, em vista de adequado diálogo científico nacional e internacional e do uso de práticas interdisciplinares que exijam a interação com outros campos do conhecimento, valendo-se inclusive dos inevitáveis e relevantes aportes e intercâmbios teórico-conceituais identificados nesses campos.

Por outras palavras, parte-se do pressuposto de que definições básicas declarativas de GI, enunciadas de maneira precisa e de uso comum, corrente, bem como conceitos reconhecidos e identificados quanto à origem e à finalidade pelas suas comunidades de prática científica, têm algum potencial para favorecer o avanço das pesquisas devidamente contextualizadas, bem como do diálogo interdisciplinar.

Segundo Bachelard (1938/2005, p. 90), o conhecimento a que falta precisão, ou melhor, o conhecimento que não é apresentado juntamente com as condições para a sua determinação não é (ou pode ser considerado) conhecimento científico. Essa respeitável assunção constitui um inevitável ponto de partida e de chegada para este ensaio.

No Brasil, considerando a Tabela de Áreas do Conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que estrutura hierarquicamente as diversas áreas de conhecimento incluídas no universo de ciência e tecnologia, é comum classificar a GI no âmbito da grande área das Ciências Sociais Aplicadas, onde também se contempla a CI (SOUZA; STUMPF, 2009).

Em Portugal, na tabela usada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), cuja classificação se subdivide em três níveis, à falta de um enquadramento específico, a GI pode ser incluída na área das Ciências Sociais e na subárea Economia e Gestão¹. Já nos casos em que se pretende realizar a sua demarcação no âmbito da CI, na mesma tabela, pode usar-se o critério de inclusão na mesma área de Ciências Sociais, selecionando-se, desta vez, a subárea Ciências da Comunicação e, dentro desta, Ciências Documentais e da Informação.

Tais classificações são importantes, tendo em vista não apenas os aspectos teóricos, mas também, e sobretudo, os aspectos práticos (dos quais derivam as comunidades de prática) que compreendem os processos de coleta, tratamento, disseminação, recuperação e análise da informação. Assim, e dependendo da perspectiva discursiva, a GI pode vir a ser abordada ora como uma subárea da CI, tal como ocorre com a Organização do Conhecimento, Disseminação e Uso da Informação e com as Tecnologias da Informação (CORDEIRO; CASSIANO, 2018), ora como uma subárea associada aos estudos de economia e de gestão.

O termo “gestão”, de maneira geral, pode ser encontrado em variadas áreas do conhecimento, porém, quando observados os aspectos da história da ciência associados à amplitude que usualmente podem comportar essas ditas áreas, verificamos que os seus primórdios podem situar-se particularmente

no âmbito da Ciência da Administração, com o surgimento da escola clássica (1900-1930) da Administração Científica (imputada a Frederick Taylor) e da Teoria Geral da Administração (arrogada a Henri Fayol) ou, ainda, recuando-se mais, num *continuum* que vem desde 5.000 a. C., na Suméria, quando se procurava melhorar a maneira de resolver problemas práticos e questões do cotidiano, exercitando a arte de administrar, chegando-se aos dias atuais.

No âmbito da CI, há correntes que situam o surgimento da GI no final do século XIX, mais particularmente vinculada aos estudos dos belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine que, preocupados com as questões inerentes à disseminação e ao acesso à informação, criaram, em 1895, na cidade de Bruxelas, o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB).

No que refere ao termo “informação”, ocorrem, igualmente, diversos entendimentos sobre a sua natureza e as suas características. Sem querer adentrar pelo mérito dessas questões, por não ser esse o escopo deste ensaio, considera-se importante mencionar a análise de Capurro e Hjørland (2007), que alertam para a ausência de uma definição consensual do termo, no âmbito da CI, argumentando que essa imprecisão leva a uma perda de orientação (epistemológica).

Para corroborar suas ideias, esses autores recorrem às conclusões de Schrader (1983), que após ter estudado aproximadamente 700 definições de CI, entre 1900 e 1981, considerou que a literatura da área é caracterizada por um caos conceitual que advém de uma variedade de problemas, dentre os quais: citação acrítica de definições prévias, fusão de teoria e prática, afirmações obsessivas de *status* científico, visão estreita da tecnologia, descaso pela literatura sem rótulo de ciência ou tecnologia, uso de analogias inadequadas, dentre outros (SCHRADER, 1983, p. 99 *apud* CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 154).

¹ A FCT utiliza uma adaptação da classificação Field of Science (FOS) do designado Manual Frascati, revisão de 2007 - OECD's Revised Field of Science and Technology Classification in the Frascati Manual. Disponível em: https://www.fct.pt/apoios/bolsas/concursos/docs/Bolsas_2018_GuiaAvaliacao_PT.pdf. Acesso em : 31/07/2019.

Toda essa imprecisão terminológica contribui para a inibição do crescimento da área. Na perspectiva de autores renomados na teoria do conceito, tal como Dahlberg (1978), considera-se que estes (*i.e.*, os conceitos) são a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixados por um símbolo linguístico; e ainda, que as definições ganham valor e importância quando se tem em vista a comunicação internacional e a construção de sistemas científicos que dependem de adequada equivalência verbal, bem como, e finalmente, que existe consenso sobre o fato de que as definições são pressupostos indispensáveis à construção de uma boa base discursiva e de argumentação.

E assim admite-se, no caso da GI, o mesmo que Serva, Dias e Alperstedt (2010, p. 278) advogam quando analisam as bases epistemológicas da Administração, ou seja, que se trata de “uma ciência social ainda em gestação, cujo objeto não é uma realidade dada e pronta para ser investigada, mas algo socialmente construído”.

Segundo Fourez (1995), em torno e na base de cada disciplina científica existe certo número de regras, princípios, estruturas mentais, instrumentos, normas culturais e/ou práticas, que organizam o mundo antes do seu estudo mais aprofundado. O mesmo autor considera que o objeto de uma disciplina não existe antes da sua existência, mas que é construído por ela e, como tal, pode variar na sua evolução. Assim, uma disciplina não é, pois, definida pelo objeto que estuda, sendo, contrariamente, ela própria que o determina.

Nesse sentido, e com vista a um desenvolvimento coerente e fundamentado dos estudos em GI, que favoreçam a comunicação e o intercâmbio internacional a partir da língua portuguesa, bem como o diálogo interdisciplinar, pergunta-se: onde se localizam, como se constituem e do que tratam, de modo geral, os estudos considerados relevantes sobre o conceito de GI? Quais são os elementos que deles podem ser recuperados para o debate em torno do seu estatuto, dentro e fora da CI?

Atendendo a essas questões, o principal objetivo deste estudo é resgatar abordagens e constructos capazes de subsidiar o aprofundamento da temática GI numa perspectiva (inter) disciplinar, a partir do exame de textos de autores identificados por meio do exame de recursos considerados relevantes para o debate.

Justifica-se o mesmo, tanto pela importância de investigar os fundamentos teórico-conceituais e empíricos da GI, considerados de contornos difusos, com vista a uma adequada interação e comunicação científica internacional entre autores de língua portuguesa, quanto pelo fomento de práticas científicas disciplinadas.

Triviños (1992) chama de “indisciplina intelectual” àquela incoerência verificada entre os suportes teóricos e a prática social da pesquisa. Decorre desse conceito o fato de que o não se estar plenamente consciente dos fundamentos e da tradição de pesquisa no seu próprio meio pode levar o pesquisador às indesejáveis misturas (de ideias, de citações de autores, de metodologias, etc.) e estas às imprecisões. As razões apontadas para esta falta de disciplina, na ótica de Triviños (1992), são de natureza múltipla, possuem origens históricas e manifestam-se de diversos modos.

Por conseguinte, num meio em que a formação profissional é unilateral, sonhando-se aos formandos e futuros profissionais de informação o uso de um discurso calcado em ampla faixa e espectro de ideias, tornando o espírito crítico limitado e mal acostumado, no sentido de não aceitar estruturas de pensamento diversas e/ou inovadoras em relação às que conhece, perpetua-se uma condição de dependência cultural e econômica que favorece a acomodação, o conservadorismo, o apoio ao que se encontra estabelecido e a falta de criatividade (ENSSLIN & VIANNA, 2008).

Assente nesses pontos, o método discursivo utilizado neste estudo é o ensaio, que por sua vez “(...) é a forma da categoria crítica de nosso espírito, pois quem critica precisa necessariamente experimentar, precisa criar condições sob as quais um objeto se torne visível de novo e diversamente do que num autor” (BENSE, 1947, p. 420).

Para Adorno (1958/2003 p. 25-26), o ensaio não segue as regras do jogo da ciência e da teoria organizadas, segundo as quais, como diz a formulação de Spinoza, a ordem das coisas seria o mesmo que a ordem das ideias. Como a ordem dos conceitos, uma ordem sem lacunas não equivale ao que existe; assim, também o Ensaio não almeja uma construção fechada, dedutiva ou indutiva. Nesse sentido, os seus cânones se encaixam nas nossas pretensões quanto ao uso a fazer da literatura científica coletada sobre essas matérias, corporificando-a nas análises e nas discussões livre e responsabilmente realizadas.

ELEMENTOS PARA UM DEBATE (INTER) DISCIPLINAR SOBRE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

A GI NUMA PERSPECTIVA EVOLUTIVA, BÁSICA E INTEGRADA NA PRÁTICA

Por inerência, o termo GI implica o envolvimento de pelo menos duas temáticas: “gestão” e “informação”. Para os efeitos pretendidos, propomos que o termo informação seja compreendido como o adjetivo que se associa ao termo gestão, no sentido de o qualificar, reconhecendo que essa coexistência proporciona diversas configurações e acepções, no âmbito da CI e de outras áreas, com igualmente diversas repercussões ao nível epistemológico, que importa clarificar.

Uma noção abrangente do que vem a ser informação, e que mapeia bem o seu uso corrente em GI, é a que pode ser encontrada em Buckland (1991 p.1), que analisa o que considera serem as suas três acepções e/ou propriedades principais, das quais se destaca: i) “informação-como-coisa”, como um dos principais usos que podem ser identificados, classificados e caracterizados.

Portanto, esse estudo adota esse adjetivo para o substantivo “gestão”, o qual adiante também se analisa.

Outra acepção, e com um alcance mais específico e direcionado, é a que oferece a Association of Information and Image Management (AIIM) (2019, [s.p.]) no seu Glossário on-line². Nesse caso, a informação é definida tendo como referência o entorno do que seriam as práticas da GI nas organizações. Vejamos:

Information, as we know it today, includes both electronic and physical information. The organizational structure must be capable of managing this information throughout the information lifecycle regardless of source or format (data, paper documents, electronic documents, audio, video, etc.) for delivery through multiple channels that may include cell phones and web interfaces.

Historicamente, o reconhecimento da informação como um recurso com um potencial valor e sujeito ao mapeamento e à gestão toma corpo nas décadas de 1970 e de 1980 do século XX. Nessa perspectiva, os dados armazenados nos sistemas passam a significar mais do que números e as aplicações passam a ser desenvolvidas com o intuito de, no primeiro momento, lidar com os conteúdos e, no segundo momento, com as necessidades dos utilizadores, voltando-se as atenções para os aspectos relacionados à apresentação e à organização da informação, como meio para atingir a recuperação e o acesso, trazendo à tona outro imperativo: a criação de políticas e de estratégias adequadas a este fim (MACEVIČIŪTĖ; WILSON, 2002).

De igual modo, no entorno dos estudos de informação, numa perspectiva que opta pela abrangência e que introduz na equação a assunção do valor, aliado à qualidade, à propriedade, ao uso e à segurança da informação, a GI é definida nos seguintes termos:

² Disponível em: <https://www.aiim.org/Resources/Glossary/Glossary-List-Page?sorttype=titleasc&page=2>. Acesso em : 31/07/2019.

[t]he application of management principles to the acquisition, organization, control, dissemination and use of information relevant to the effective operation of organizations of all kinds. 'Information' here refers to all types of information of value, whether having their origin inside or outside the organization, including data resources, such as production data; records and files related, for example, to the personnel function; market research data; and competitive intelligence from a wide range of sources. Information management deals with the value, quality, ownership, use and security of information in the context of organizational performance (MACEVIČIŪTĖ e WILSON, 2002, p. 4).

A nosso parecer, a invocação da polissemia usada como uma alegada base de argumentação, evitando-se a disciplina terminológica, apenas favorece o uso superficial e/ou indiscriminado dos termos, contribuindo para evitar o que deveria ser, contrariamente, uma abertura para o necessário rigor e o debate epistemológico e interdisciplinar, essencial à fixação de formas cujos usos sejam apropriados ao contexto. Isso afeta a cientificidade dos estudos, com consequências visíveis, colaborando na manutenção de “crenças” reproduzidas sem adequado embasamento, entre as quais poderíamos citar, a título ilustrativo, a que considera que “gestão da informação” é o que “todos” fazem na CI e se “todos” fazem é porque todos sabem o que é, dispensando ou desqualificando, deste modo, aquilo que deveria servir como um pretexto para a existência de um debate teórico-conceitual.

Incompreensivelmente, há quem considere improvável a existência de algum alinhamento teórico em torno do que é ou venha a ser a GI, julgando ser inútil alimentar o debate, sendo esta, no entanto, uma falácia lógica que nada mais faz do que “minar” o próprio campo científico. Deste modo, segue-se sem a obtenção de um mínimo consenso, o que promove a instabilidade e a dispersão do conceito pela literatura da área e, conseqüentemente, compromete a credibilidade da GI como disciplina científica e enfraquece ainda mais a fundamentação teórica dos estudos desenvolvidos no seu entorno, limitando-se assim também a sua continuidade em aplicações empíricas.

Também é de ponderar sobre o aspecto redutor da comunicação científica daí advinda, marcada pela ausência, ou mesmo pela insuficiência, do diálogo interdisciplinar, sem o qual se criam ilhas de conhecimento desconectadas umas das outras e da própria realidade social.

A identificação de padrões, elementos, pontos de consenso e de dissenso, contrariamente, favorece a interação entre os pesquisadores e, com isso, promove o desenvolvimento e a estruturação de um corpo teórico mais coeso e, por isso mesmo, mais coerente e fundamentado. Não se trata, de modo algum, de propugnar por uma doutrina discursiva, no tradicional sentido de um vocabulário “controlado” e de uso comum, mas de lançar mão do necessário rigor no que toca aos diversos usos e aos significados dos termos, devidamente contextualizados, indo ao encontro da sua mais que devida clarificação, por um lado, e da promoção do debate científico, por outro.

Em outras palavras, a busca por um entendimento básico (no sentido de fundamental) sobre o que se considera ser a GI, e sob quais circunstâncias, provoca, em certa medida, a procura pelos limites da sua pertença, enquanto disciplina, em relação aos outros campos do conhecimento com os quais se relaciona, concedendo-lhe pontos de contato e de avanço no alcance de um difícil estatuto discursivo próprio, motivado por um diálogo que se requer interdisciplinar.

Essas formulações também vão ao encontro das constatações de Meadow e Yuan (1997), para quem a falta de definições padronizadas pode tornar impossível, em alguns casos, a obtenção de uma simples comparação dos resultados obtidos pelos estudos, numa dada área. A isto também se alia o fato de ser a ciência algo construído socialmente, sob critérios de cientificidade coletivos, setoriais e situados, tal como se nos afigura na acepção de Bachelard (1996).

Não se trata, pois, de dizer aos cientistas como devem proceder em seu trabalho, mas de identificar padrões mínimos - e não positivistas ou exclusivistas - para a GI, considerando, inclusive, o erro, a retificação e a reformulação como partes indissociáveis do processo de construção desse mesmo conhecimento científico.

Inicialmente, verifica-se que a palavra “conceito” tem origem no latim *conceptus* (do verbo *concipere*) e significa “coisa concebida” ou “formada na mente”, ou seja, aquilo que se concebe no pensamento sobre algo ou alguém. Na linguagem natural, é sabido, existe polissemia e ambiguidade, pois um mesmo termo pode ser utilizado em diferentes acepções, podendo assim a referida palavra significar também noção, juízo, opinião, ideia ou pensamento (FERRATER-MORA, 2004).

No sentido etimológico, o conceito de gestão ou administração – *management* – remete ao significado de controlar ou ter o controle e a condução de algo. No latim (*gestio, ōnis*), o termo gestão refere-se à *ação e ao efeito de gerir ou de administrar, que*, por sua vez, consiste em governar, dirigir, ordenar ou organizar.

Ainda segundo o dicionário Houaiss (HOUAISS e VILLAR, 2001), gestão significa ato ou efeito de gerir; administração, gerência. Para Coltro (2009, p. 43), o termo gestão tem influência francesa (*gestion*), sendo uma palavra mais genérica e que engloba tanto o administrador quanto o gerente, mas que possui significados técnicos distintos. No inglês britânico, tanto como no francês e também no inglês norte-americano, nos quais as escolas de administração são as mais influentes no Brasil, a palavra *management* significa a gestão privada e a palavra *administration* remete à gestão pública.

Com efeito, no contexto das teorias de gestão, alguns dos estudos que vieram à luz na segunda metade do século XX (VODÁČEK e VODÁČKOVA, 1996; VODÁČEK e ROSICKÝ, 1997; VODÁČEK, 1998) chamaram a atenção para a ausência de claro entendimento e de consenso em torno do conceito de GI, alegando que isto se devia às diferentes e, não raro, divergentes interpretações desses seus dois termos constituintes - gestão e informação -, bem como às mudanças nos usos e nos papéis atribuídos à GI, desde o seu dealbar, na década de 1960³.

Trata-se, pois, aparentemente, de uma área em constante movimento, na prática, permeada por mudanças que não necessariamente se refletem na teoria, com a mesma medida e intensidade.

Num desses estudos genéricos de Gestão, Vodáček (1998) evidencia o desenvolvimento desse conceito, recorrendo a uma demarcação trifásica, tendo como base as definições e as caracterizações manifestadas e que podem ser resumidas no quadro 1, a seguir.

³ De acordo com Vodáček (1998), Robert S. Taylor e sua equipe de trabalho terão sido alguns dos primeiros autores a utilizar o termo “Information Management”, fato que terá ocorrido durante conferência da área da engenharia, realizada no ano de 1966. Igualmente, Barbosa (2008, p. 7) esclarece que o conceito de Gestão de Recursos de Informação (GRI), originalmente sugerido por Robert S. Taylor, na década de 1960, ganha notoriedade a partir de uma medida lançada pelo governo dos EUA - o *Paperwork Reduction Act* - , em 1980.

Quadro 1 – Comparativo de fases e de características inerentes à GI.

Período de referência: década de 1960 – década de 1990

Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase
Período: da segunda metade da década de 1960 até ao início da década de 1970	Período: entre o final dos anos 1970 e a década de 1980	Período: a partir do início da década de 1990
Prioridade: utilização de dados como meta	Prioridade: processamento eficiente de informação pelos Sistemas de Informação (SI), com o conseqüente uso de métodos e de abordagens predominantemente situados na área da Informática	Prioridade: utilização dos SI e das Tecnologias de Informação (TI), vistos como soluções inovadoras nas tarefas de gestão e, conseqüentemente, no cumprimento efetivo da missão e dos objetivos da organização
Ênfase: no uso de métodos e de abordagens eficientes na solução de tarefas de processamento de dados	Ênfase: nas abordagens e nas técnicas de gestão eficiente dos recursos de informação (e.g., organização, documentação tecnológica, bibliotecas, etc.); na implementação e no uso dos SI, todavia sem enfatizar o papel dos utilizadores finais; na integração dos processos de informação nas abordagens de gestão, todavia sem enfatizar a importância dos SI e das TI para a inovação ou sem aprofundar o debate teórico acerca da aplicação dos métodos tradicionais de gestão	Ênfase: na eficácia no processamento da informação, ou seja, no “fazer as coisas certas” (“doing the right things”), mas em associação com a eficiência, que implica “fazer as coisas direito” (“doing things right”). na aplicação de processos padronizados de gestão, no planejamento e no controle, aliados à garantia dos fluxos cotidianos de informação voltados para as tomadas de decisão; no principal efeito do uso dos SI e das TI, ou seja, na “matriz de valor” do trabalho de gestão
Conceito de IM/GI derivado dessa lógica: confunde-se com o conceito de gestão e de processamento de dados	Conceito de IM/GI derivado dessa lógica: conjunto de métodos e de abordagens de gestão que atendem às necessidades tecnológicas e à busca da eficiência - na acepção de “fazer as coisas direito” (“doing things right”); abordagem que compreende o planejamento, a organização e o controle dos recursos de informação, com a conseqüente contratação, para compor os quadros organizacionais, de gestores e de diretores de informação	Conceito de IM/GI derivado dessa lógica: produção, de modo eficaz, armazenamento, recuperação e disseminação de informação em qualquer formato e suporte, para apoiar os objetivos de “negócio” e cumprir as metas da organização

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em VODÁČEK (1998).

Realmente, a partir da década de 1990, verifica-se que alguns dos mais divulgados conceitos de GI forjados nesses diversos contextos passam a incorporar as características e a refletir as tendências e/ou aproximações teórico-práticas mencionadas naquela que seria a sua terceira fase de desenvolvimento, demonstrada no quadro 1.

Numa perspectiva voltada à CI, ao examinar o conteúdo de uma seleção de textos publicados no decorrer do século XX, Day (2001) sugere uma periodização dividida nas três “Idades da Informação”: i) a primeira, vinculada à documentação e que se prolonga até ao advento da própria CI, em meados do século XX, na qual surge o termo GI, então usado de modo indiferenciado; ii) a segunda, iniciada em meados do mesmo século, vinculada ao surgimento do “*Records Management*” – RM (Gestão de Documentos – GD); iii) a terceira, a partir da década de 1990, marcada pela crescente tendência a enfatizar o papel dos “*records managers*” (gestores de documentos) e dos bibliotecários como “*information managers*” (gestores de informação).

Numa visão recente e sob um viés organizacional e, portanto, mais conectado com a terceira idade proposta por Day (2001) e aqui identificada como tendência, Oliver (2015)⁴ caracteriza a GI como uma disciplina cujas raízes históricas encontram-se entre o final do século XIX e o dealbar do século X⁵. A autora enfatiza que a importância do papel desempenhado pela área designada “*Records and Information Management – RIM*” (Gestão de Documentos e da Informação – GDI), no seu atual estágio de desenvolvimento, está no reconhecimento de que as atividades desses profissionais devem apoiar-se no trabalho em conjunto e no uso de abordagens unificadas, consistentes, eficientes e eficazes na gestão dos documentos e das informações de caráter organizacional.

Sob orientação institucional e numa linha de continuidade com as ideias anteriores e, portanto, numa perspectiva contextualizada de análise do conceito e da aplicação da GI, a Association of Records Managers and Administrators (ARMA) (2007) define RIM ou GDI como uma área de ação dos “*records managers*”, dirigida para a gestão dos documentos considerados vitais (“*records*”), pelo tempo que forem necessários e para atender aos fins para os quais foram criados, utilizados ou reutilizados, até o momento da sua transferência para a guarda permanente. É, pois, a área responsável pelo estabelecimento de políticas, sistemas e procedimentos, que age em todas as fases do ciclo de vida dos documentos e das informações organizacionais, desde a sua criação até o acesso.

Trata-se, assim, de uma área que acolhe uma variedade de ferramentas, programas e sistemas tecnológicos, usados para criar e manter ativos documentos e outros recursos de informação que apoiam e que permitem o desenvolvimento dos processos de negócio organizacionais.

Com efeito, verifica-se que todo esse “intercâmbio conceitual” proporcionou a emergência de diferentes vertentes da GI, entre as quais sobressaíram, no primeiro momento: a gestão de recursos de informação, a gestão de tecnologias de informação e a gestão de políticas de informação (CHOO, 2002).

Ainda considerando outra vertente que procura promover uma aproximação com a gestão do conhecimento (GC), Choo (1998, [s.p.]) define a GI como “*a cycle of processes that support the organization’s learning activities: identifying information needs, acquiring information, organizing and storing information, developing information products and services, distributing information, and using information*”. É de referir que sem uma boa gestão da informação não se consegue alcançar a gestão do conhecimento.

⁴ Na *Archival Science Encyclopedia*, editada por Duranti e Franks (2015).

⁵ Para uma mais completa análise da evolução histórica da GI, no âmbito da CI, consulte-se o trabalho de Black e Brunt (1994).

Pela mesma linha, seguem Davenport e Prusak (1998, p. 173), ao definir a GI como “um conjunto estruturado de atividades que incluem o modo como as empresas obtêm, distribuem e usam a informação e o conhecimento”.

Para além das últimas acepções, em cujo mérito não iremos adentrar neste ensaio, por fugir ao nosso escopo, há que considerar um novo ponto de inflexão para a GI, que se materializa a partir da década de 2000 e que ganha força na atualidade, representado pela grande quantidade de dados estruturados e desestruturados no ambiente do que ficou conhecido como o *Big Data*, e que demanda cada vez mais a análise e a adequada interpretação da informação, com vista aos processos de tomada de decisão. Esse cenário apresenta uma demanda efetiva por novos profissionais, os quais têm sido identificados, à falta de melhor designação, “cientistas de dados”. O perfil desses profissionais vem sendo traçado como híbrido e fortemente associado à GI, devendo possuírem habilidades e competências que os preparem para compreender bem as estratégias e as necessidades das pessoas e do negócio, de modo a poderem gerenciar, projetar e desenvolver soluções de análise a partir de grandes volumes de dados e informações.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DA SUA SITUAÇÃO EPISTEMOLÓGICA

Tendo em vista o intercâmbio e a comunicação científica internacional e interdisciplinar, considera-se que outro passo importante a dar para se tratar do tema “gestão da informação” seria identificar os autores internacionais e os constructos mais utilizados e que fundamentam os seus estudos. Aqui, verificamos se há algum ponto de consenso sobre os fundamentos ou sobre o entendimento acerca da GI na literatura na *área de CI* e em *áreas correlatas*, considerando-se a sua expressão no contexto da literatura científica internacional.

Para tanto, resgata-se o estudo de Kroeff *et al.* (2015), que analisou, entre 2000 e 2011, os autores de maior reconhecimento internacional citados em referências sobre GI no Brasil, na base de dados da Brapci⁶.

Segundo esse estudo, os principais autores são, respectivamente, Davenport, T. H. (1998) e Choo, C. W. (1998). Ambos são considerados autores do campo da administração ou *management*, cuja contribuição para a GI, *grosso modo*, se refere às propostas de processos e de etapas aplicáveis a diversos tipos de organização.

Assim, começemos por analisar a periodização proposta por Choo (1998), que divide a GI em seis etapas: i) identificação das necessidades de informação; ii) aquisição de informação; iii) organização e armazenamento de informação; iv) desenvolvimento de produtos e serviços de informação; v) distribuição da informação e; vi) uso da informação (figura 1).

Figura 1 – Modelo de Choo para Gestão da Informação



Fonte: Choo (1998)

É interessante notar que o modelo proposto por Choo (1998) para a GI se refere a processos e é apropriado aos *vários tipos de organização*, sendo necessária uma *contextualização* do mesmo para que o seu uso seja adequado. Outro ponto a ressaltar é que o autor se insere numa abordagem sistêmica. Vejamos o texto a seguir:

⁶ Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/> Acesso em : 31/07/2019.

Uma organização se comporta como um sistema aberto que absorve informações, energia e matéria do ambiente externo e transforma esses recursos em conhecimento, processos e estruturas que produzem bens ou serviços que são consumidos no ambiente. A relação entre organizações e meio ambiente é, assim, tanto circular quanto crítica: as organizações dependem do ambiente para os recursos e para a justificativa de sua existência. Como o ambiente é crescente em complexidade e volatilidade, torna-se imperativo que as organizações aprendam o suficiente sobre as condições atuais e futuras do meio ambiente, e para usar esse conhecimento para mudar seu próprio comportamento no momento oportuno (CHOO, 1995, p. 1-2).

Nesse ponto, parece importante situar o pensamento de Choo (1998; 1995) numa perspectiva paradigmática. O próprio autor se apresenta aderente ao paradigma sistêmico, aqui considerado como modelo ou exemplo, que na acepção de Kuhn (2003) é definido como “um conjunto de regras e de representações mentais e culturais ligadas ao surgimento de uma disciplina científica”. Em outras palavras, trata-se de uma constelação de concepções, valores, percepções e práticas compartilhadas por uma comunidade, que dão forma a uma visão particular da realidade, a qual constitui a base sobre a qual se ergue o modo como essa comunidade se organiza, pensa e produz novo conhecimento.

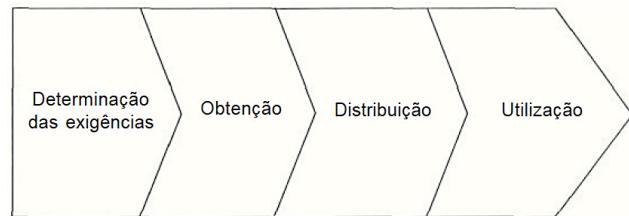
Nesse sentido, também a proposta de abordagem por processos para a GI, vinda do pensamento de Choo (1998; 1995), situa-se no paradigma sistêmico (veja-se: da necessidade até o uso da informação), tendo este surgido a partir dos estudos de Bertalanffy, na década de 1930, ao desenvolver a teoria dos sistemas abertos, destacando-se aqui a importância da ordem hierárquica entre os diversos sistemas existentes no universo, expressa pelas características próprias das suas estruturas e funções (BERTALANFFY, 1973).

É de recordar que a concepção de análise do objeto pelo prisma do seu próprio funcionamento está no centro da visão desse biólogo, que destaca o caráter organístico de determinados sistemas (LE MOIGNE, 1996).

O segundo autor a evidenciar é Thomas Davenport que, por sua vez, propõe um modelo de processo de gerenciamento de informações que consiste em “identificar todos os passos de um processo informacional – todas as fontes envolvidas, todas as pessoas que afetam cada passo, todos os problemas que surgem” (DAVENPORT, 2002, p. 173).

Para Davenport (1998, p.175), na evolução da GI destacam-se quatro etapas: “determinação das exigências informacionais, obtenção da informação, distribuição da informação e utilização da informação” (figura 2).

Figura 2 – Modelo de Davenport para Gestão da Informação



Fonte: Davenport (1998).

A proposta de Davenport (1998), sobejamente conhecida como “Ecologia da Informação”, refere-se a um modelo de GI centrado nas necessidades reais dos tomadores de decisão, onde as formas de suporte informacional, seja documental ou tecnológica, têm como referência quatro atributos-chave: i) integração dos diversos tipos de informação; ii) reconhecimento de mudanças evolutivas; iii) ênfase na observação e na descrição e; iv) ênfase no comportamento pessoal e informacional. Vejamos:

Considero a ecologia, a ciência de compreender e administrar todos os ambientes, apenas uma metáfora. Em vez de modelar um ambiente informacional em máquinas e edifícios, proponho uma abordagem mais harmoniosa com as coisas vivas. Quando começamos a pensar nas muitas relações entrecruzadas de pessoas, processos, estruturas de apoio e outros elementos do ambiente informacional de uma empresa, obtemos um padrão melhor para administrar a complexidade e a variedade do uso atual da informação. Também poderíamos descrever a ecologia da informação com administração holística da informação ou administração informacional centrada no ser humano.

O ponto essencial é que essa abordagem devolve o homem ao centro do mundo da informação, banindo a tecnologia para seu devido lugar, na periferia (DAVENPORT, 1998, p. 21).

Assim como Choo (1998; 1995), o pensamento de Davenport (1998) demonstra inserir-se numa perspectiva paradigmática sistêmica ou holística, como se queira, limitando-se a propor um conjunto de processos que podem ser desenvolvidos em diversos tipos de organização, ao mesmo tempo em que são amplos o suficiente para abrigar diversos tipos de configurações.

Nesse ponto, fazemos uma inflexão para o conteúdo da palavra “sistema”, que deriva do grego *synhistanai* e significa “colocar junto”. O entendimento sistêmico requer, pois, uma compreensão de um objeto dentro de um contexto, a fim de estabelecer a natureza das suas relações. Logo, não estamos perante uma função ou um conjunto de procedimentos específicos, mas, diferentemente, perante duas abordagens abrangentes e capazes de integrar funções relacionadas e específicas.

Expandindo para uma análise de outros autores relevantes no debate em tela, destacamos também Valentim e Gelinski (2006, p. 18), que definem a GI como “um conjunto de atividades para prospectar / monitorar, selecionar, filtrar, agregar valor e disseminar informação, bem como para aplicar métodos, técnicas, instrumentos e ferramentas que apoiem esse conjunto de atividades”.

Partindo para uma análise para além do estudo citado, é importante resgatar que Lopes e Valentim (2010) também complementam que a GI suporta atividades e tarefas de gestão nas organizações, recorrendo a processos que, de maneira eficiente e articulada, visam o acesso à informação, favorecendo assim a tão necessária quanto vital criação de conhecimento.

No mesmo contexto, a GI é definida como um conjunto de princípios, métodos e técnicas vinculados à prática administrativa e executados com o fim de cumprir a missão e os objetivos individuais e coletivos das organizações (DIAS e BELLUZZO, 2003; BELLUZZO, 2017).

Esta noção vai ao encontro daquela que apresenta Martin (1995 *apud* VODÁČEK, 1998, p. 60), ao definir a GI como uma disciplina focada nas atividades de Gestão de Recursos de Informação (GRI), com vista à prossecução dos fins e dos objetivos organizacionais.

Assim, cremos estar em condições de validar preliminarmente que as análises sobre as ideias fundadoras e inovadoras em torno das quais gravitam a GI, sobretudo no âmbito da CI, são de aquisição relativamente recente. Como consequência, esta é uma área disciplinar frequentemente caracterizada pelos contornos ainda difusos, pela imaturidade científica e pela multiplicidade de relações que mantém com outras áreas, fato que lhe confere significações, usos e apropriações diversos. Mas que os mesmos usos, apropriações e significações não podem resultar em imprecisões ou em indefinições de ordem terminológica. Ainda pelo fato de lidar com um fenômeno ubíquo - a informação -, que constitui um recurso a gerir e que perpassa os sistemas tecnológicos, as pessoas e os processos organizacionais, encontra-se exposta continuamente às regras que ditam a sua mudança (BARBOSA, 2008; DETLOR, 2010; GRANT; STANSFIELD; FITZ-GERALD, 2001; MACEVIČIŪTĖ; WILSON, 2002; MADSEN, 2013; MAES, 2007; OLIVER, 2015; VODÁČEK, 1998; WILSON, 2002).

Mais recentemente, e a modo de súpula, incluímos algumas das constatações de um autor que também se debruçou sobre algumas dessas questões. Trata-se de Brian Detlor (2010, p. 103), para quem a GI, numa perspectiva integradora, pode ser definida nos seguintes termos:

Information management is the management of the processes and systems that create, acquire, organize, store, distribute, and use information. The goal of information management is to help people and organizations access, process and use information efficiently and effectively. Doing so helps organizations operate more competitively and strategically, and helps people better accomplish their tasks and become better informed.

No debate levantado por Detlor (2010) está patente uma orientação processual, cíclica e sistêmica da GI. Ademais, é de realçar que na definição anteriormente referida este autor não apenas inclui alguns dos aspectos antes aludidos por Vodáček (1998), ao caracterizar a GI, como também integra o que considera ser a fase de desenvolvimento e as concepções atuais que se encontram no seu entorno. Também é de realçar que, apesar de ser esta uma abordagem centrada nas teorias de gestão, não descarta a relevância de fatores que são tidos como cruciais nos estudos de GI orientados para a CI⁷, muito embora não faça deles o seu ponto de partida ou de chegada.

No que diz respeito aos relacionamentos (inter) disciplinares, Grant, Stansfield e Fitz-Gerald (2001, p. 360-361) também referem que a GI está essencialmente vinculada a duas áreas de toque, com as quais deve funcionar em conjunto, e que seriam: i) os processos de negócio organizacionais e ii) as tecnologias necessárias ao processamento de dados e às necessidades de comunicação. Quanto a esse aspecto, consideram ainda que a GI deve guiar-se pelas necessidades da organização e não pela tecnologia disponível, se quiser funcionar como uma ponte entre esses dois mundos, o que concorda com a ecologia da informação defendida por Davenport (1998). É desse alinhamento que, em última análise, são satisfeitas as necessidades de negócio das organizações.

Igualmente, de um ponto de vista epistemológico, cremos que predominam características e elementos do pensamento sistêmico nos vários autores analisados, o que nos faz questionar sobre se não seria, deste modo, o paradigma sistêmico um ponto de convergência para o desenvolvimento dos estudos sobre a GI, sendo esta uma hipótese a aprofundar futuramente.

Com efeito, o paradigma sistêmico, apesar de reconhecermos haver um evidente desgaste do termo, provocado pelos seus usos e desusos na literatura científica, encontra-se bem consolidado em diversos campos do conhecimento que se comunicam com a CI, entre os quais podemos identificar como exemplos os seguintes: administração, *management*, engenharias, biologia e computação.

Nesse sentido, parece importante pontuar que a GI contempla dinamicamente outras perspectivas e abordagens que pressupõem a pluralidade dos diversos modelos concebíveis do mesmo fenômeno, a pluralidade dos métodos e a concordância com a impossibilidade de uma qualquer validação universal usada para arquitetar o conhecimento produzido, a qual, a existir, seria imbuída de um sentido positivista. Razão pela qual propugna-se, antes, pelo seu uso disciplinado e devidamente contextualizado.

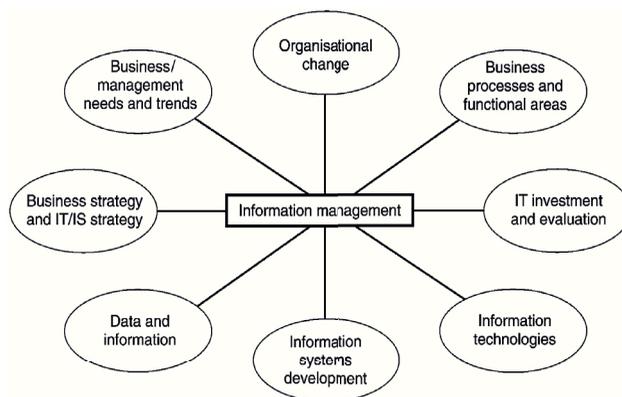
OUTROS ELEMENTOS RELEVANTES PARA O DEBATE SOBRE OS ESTUDOS E AS DEMARCAÇÕES DA GI EM ÓTICAS MULTIDISCIPLINARES

Neste ponto, e para acrescentar mais uma letra ao debate, destacamos ainda algumas concepções multidisciplinares usadas para explorar as relações existentes entre a GI e outras áreas que, como ela, mantêm vínculo estreito com a informação e as tecnologias, a fim de satisfazer necessidades em contextos específicos de trabalho.

Em tal sentido, algumas das principais áreas consideradas relevantes para o domínio da GI, segundo Grant, Stansfield e Fitz-Gerald (2001, p. 361), serão as que se observam, em seguida, na figura 3.

⁷ Sublinhe-se que Brian Detlor (2010, p.106) sumaria, no seu artigo, aquilo que considera ser uma “*Library perspective*” da GI.

Figura 3 – Algumas das principais áreas relacionadas ao domínio da GI



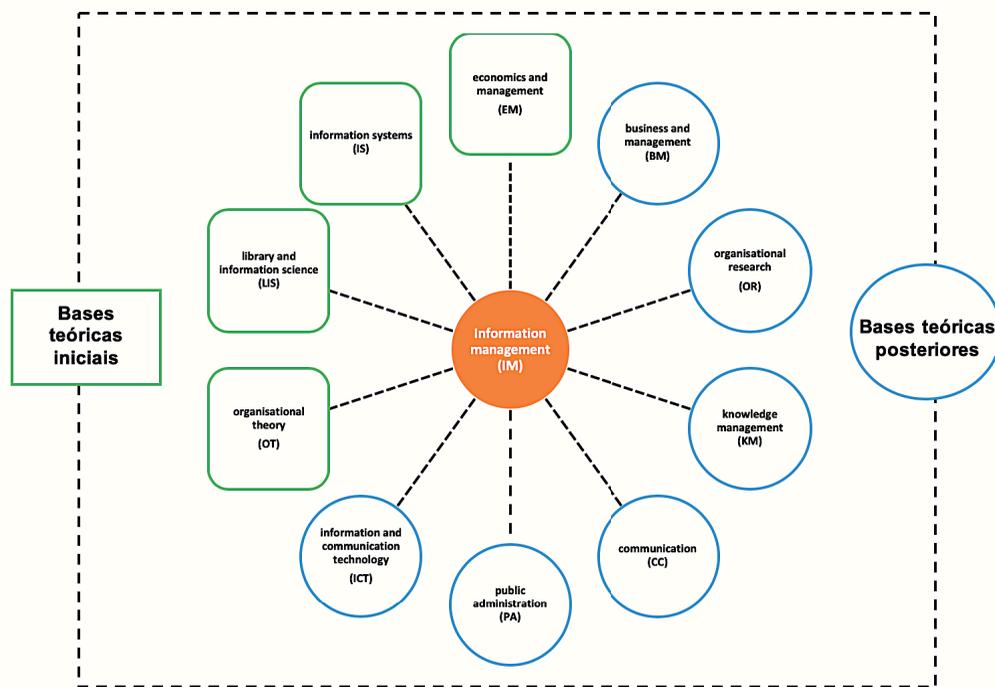
Fonte: Grant, Stansfield e Fitz-Gerald (2001, p. 361).

Numa tentativa de mapear as mudanças na investigação em GI, no período de 1989 a 2000, Macevičiūtė e Wilson (2002) também identificaram algumas áreas de investigação como pontos de contato. Na aceção desses autores, as áreas mencionadas no diagrama a seguir (figura 4) sob as siglas EM, IS, LIS e OT seriam, então, basilares para o desenvolvimento teórico-prático da GI, numa primeira fase.

Na última década, no entanto, as mudanças que se processariam no meio acadêmico renovariam as discussões teóricas e, nesse contexto, tornar-se-ia capital o papel assumido por outras áreas, identificadas no mesmo diagrama pelas seguintes siglas: BM, OR, KM, CC, PA e ICT (MACEVICIŪTĖ e WILSON, 2002) (figura 4).

Figura 4 – Mapeamento de áreas e relações no desenvolvimento teórico-conceitual da GI.

Período de referência: 1989-2000



Fonte: Elaboração própria, com base em Macevičiūtė e Wilson (2002).

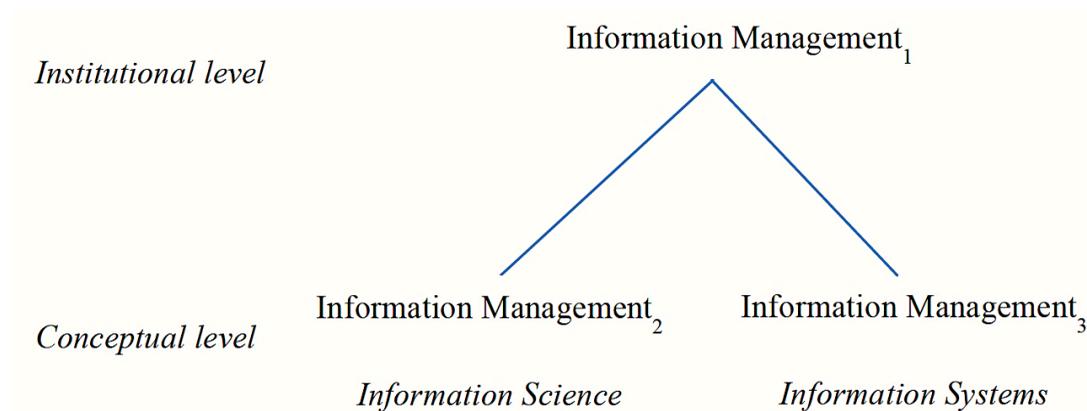
Em outro estudo, o mesmo Wilson (2002, p. 263) recorre a Synnott e Gruber (1981) e a Synott (1987) para revelar algumas das acepções terminológicas atribuídas à GI no âmbito da literatura científica por ele identificada e analisada. Assim, na ciência da computação, por exemplo, o termo GI seria frequentemente usado como sinônimo de gestão das tecnologias de informação ou gestão de dados. Nos estudos de gestão, por sua vez, usar-se-ia o mesmo termo com conotação similar, todavia com ênfase maior nas relações entre as tecnologias e a comunicação e no desempenho e na competitividade organizacional.

Na CI, entretanto, considerar-se-ia a GI como uma área emergente para os designados “*information workers*”, cuja percepção deveria abranger aspectos tais como: dados, inteligência organizacional, inteligência competitiva, recursos de informação

externos, bem como toda a tecnologia necessária para lidar com essas fontes. Wilson (2002) remata que, nesse âmbito, a GI estaria amplamente relacionada com o significado que a informação teria para o utilizador e com os processos desenvolvidos para a sua recuperação nos sistemas.

Diante de toda essa panóplia de classificações e de relações, mais recentemente, Madsen (2013) advoga uma estrutura conceitual a nosso parecer coerente, porque capaz de abarcar algumas dessas perspectivas disciplinares e de as classificar em dois diferentes níveis: i) empírico e ii) conceitual. Assim, e também com base nos estudos prévios de Macevičiūtė e Wilson (2002) e de Schlögl (2005), sugere uma aproximação do conceito empírico de GI com dois outros conceitos teóricos subjacentes: *Information Science* e *Information Systems* (figura 5).

Figura 5 – Compreensão do conceito disciplinar de GI



Fonte: MADSEN (2013, p. 537).

Assim, do elenco das áreas e/ou disciplinas mencionadas, julgamos ter assentado uma base sólida para a construção de uma representação multifacetada da GI, sem no entanto adentrar para os seus possíveis méritos (inter, multi ou transdisciplinares), deixando esta classe de exploração para uma seqüela deste estudo, o que não invalida o fato de que todas essas caracterizações são absolutamente relevantes para tentar perceber as diferentes reivindicações,

usos, apropriações e impactos desse conceito no âmbito da teoria e da prática, acrescentando-se a responsabilidade de quem o utiliza.

Finalmente, verifica-se que a partir do resgate das principais ideias de alguns desses autores e dos seus respectivos constructos e abordagens, é possível identificar e estabelecer elementos (multi / inter) disciplinares suficientes para avivar o algo morno debate acerca da GI, sobretudo quanto aos seus fundamentos, limites e perspectivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização desse ensaio imersivo, a partir do qual identificaram-se e analisaram-se elementos considerados relevantes para o debate sobre a GI e o seu estatuto, se nos afiguram algumas perguntas e hipóteses de trabalho que poderão servir como pretexto para avivar a discussão e o diálogo nas, e pelas, diversas comunidades de prática da área.

Igualmente, verificamos algumas das diferentes ênfases que têm sido dadas aos conceitos de GI nas últimas cinco décadas e em mais de um campo do conhecimento, com especial destaque para a CI e a gestão. Conforme também se constata, dependendo da ênfase, distintas e recorrentes serão as adjetivações, fruto de um enquadramento específico da GI e do seu relativamente “fácil” relacionamento com outras áreas ou disciplinas, em função da volatilidade do seu objeto de estudo – a informação. Dentre as diferentes propostas de adjetivação, algumas das mais evidentes e que foram levantadas pelo estudo são: gestão de sistemas de informação; gestão de recursos de informação; gestão de serviços de informação; gestão documental e de informação.

Também e dado o seu caráter ensaístico, deste estudo emergem importantes perguntas que se referem ao cotejamento entre os elementos aqui apresentados e a sua incidência na literatura científica indexada, assuntos estes que reservaremos para estudos futuros, nos quais, adicionalmente, procuraremos identificar.

Deste modo, acreditamos que outros autores e abordagens relevantes poderão vir a ser identificados, a fim de enriquecer o debate e promover um grau a mais na sistematização do conhecimento sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. O ensaio como forma. In: ADORNO, T. W. *Notas de literatura I*. Tradução: J. de Almeida. São Paulo, SP: Duas Cidades; Editora 34, 2003.p. 15-45. (Trabalho original publicado em 1958).

ASSOCIATION OF INFORMATION AND IMAGE MANAGEMENT (AIIM). *What is information management?* Silver Spring, MD, 2019. Disponível em: <https://www.aiim.org/What-is-Information-Management#>.

ASSOCIATION OF RECORDS MANAGERS AND ADMINISTRATORS (ARMA). *Glossary of Records and Information Management Terms*. 3rd. ed. Lenexa, KS: ARMA International, 2007.

BACHELARD, G. *O novo espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Tradução: Estrela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. (Originalmente publicado em 1938).

BARBOSA, R. R. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. *Informação & Informação*, [s.l.], v. 13, n. 1esp, p. 1-25, dez. 2008.

BELLUZZO, R.C.B. Bases teóricas de gestão da informação: das origens aos desafios na sociedade contemporânea. *Palavra Chave*, [s.l.], v.7, n. 1, p. e027, 2017.

BENSE, M. *Über the essay und seine prosa*. Berlin: Merkur I, 1947.

BERTALANFFY, L. V. *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BLACK, A.; BRUNT, R. MI5, 1909–1945: an Information Management perspective. *Journal of Information Science*, [s.l.], v. 20, n. 1, p. 29-40, fev. 1994.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, [s.l.], v. 42, n. 05, p. 351-360, 1991.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [s.l.], v. 12, n.1, p. 148-207, nov. 2007.

CHOO, C. W. *Information Management for the intelligent organization: roles and implications for the information professions*. In: DIGITAL LIBRARIES CONFERENCE, 1995, Singapore. *Proceedings*[...]. Singapore: National Computer Board of Singapore, 1995.

CHOO, C. W. *The knowing organization: how organizations use information for construct meaning, create knowledge and make decisions*. Nova York: Oxford Press, 1998.

CHOO, C. W. *Information Management for the Intelligent Organization: The Art of Scanning the Environment*. Medford, New Jersey: Information Today, Inc., 2002.

COLTRO, A. Seção de Pessoal, Departamento de Pessoal, Administração de Pessoal, Administração de Relações Industriais, Administração de Recursos Humanos, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Pessoas, ... ou o Multiforme Esforço do Constante Jogo. *Revista de Administração da UNIMEP*, São Paulo, v. 7, n. 1, jan./abr. 2009.

CORDEIRO, D. F.; CASSIANO, K. K. Um panorama do ensino superior em gestão da informação no Brasil. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 23, n. 4, p. 205-220, dez. 2018.

- DAHLBERG, I. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, dec. 1978.
- DAVENPORT, T. H. *Ecologia da Informação*: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.
- DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. *Conhecimento empresarial*: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- DAY, R. E. *The modern invention of information*: discourse, history, and power. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2001.
- DIAS, M. M. K.; BELLUZZO, R. C. B. *Gestão da Informação em ciência e tecnologia sob a ótica do cliente*. Bauru: EDUSC, 2003.
- DETLOR, B. Information management. *International Journal of Information Management*, [s.l.], v. 30, n. 2, p. 103–108, abr. 2010.
- ENSSLIN, L.; VIANNA, W. B. O design na pesquisa quali-quantitativa em engenharia de produção – questões epistemológicas. *Revista Produção Online*, Florianópolis, jul. 2008.
- FERRATER-MORA, J. *Dicionário de filosofia*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- FOUREZ G. *A construção das ciências*: introdução à filosofia e a ética das ciências. São Paulo: UNESP, 1995.
- GRANT, K.; STANSFIELD, M.; FITZ-GERALD, S. The Information Challenges Approach to Teaching Information Management. *Journal of Further and Higher Education*, v. 25, n. 3, p. 359–368, out. 2001.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KUHN T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- KROEFF, M. S. *et al.* Análise de citações dos artigos publicados em periódicos da área da Ciência da Informação que versam sobre gestão da informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 11, p. 41-65, 2015.
- LE MOIGNE, J. L. *A Teoria do Sistema Geral*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- LOPES, E. C.; VALENTIM, M. L. P. Governança corporativa e a gestão do conhecimento no contexto empresarial. In: VALENTIM, M. L. P. (org.). *Ambientes e fluxos de informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p.172-181.
- MACEVIČIŪTĖ, E.; WILSON, T. D. The development of the information management research area. *Information Research*, v. 7, n. 3, p. 15, 2002.
- MADSEN, D. Disciplinary Perspectives on Information Management. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, v. 73, p. 534–537, fev. 2013.
- MAES, R. An Integrative Perspective on Information Management. *PrimaVera Working Paper Series*, Roetersstraat, 2007.
- MEADOW, C.T.; YUAN, W. Measuring the impact of information: defining the concepts. *Information Processing & Management*, [s.l.], v. 33, n. 6, p. 697-714, 1997.
- OLIVER, G. Information management. In: DURANTI, L.; FRANKS, P. C. (ed.). *Encyclopedia of Archival Science*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015. p. 232–233.
- SCHLÖGL, C. Information and knowledge management: dimensions and approaches. *Information Research*, [s.l.], v. 10, n. 4, 2005
- SERVA, M.; DIAS, T.; ALPERSTEDT, G. D. Paradigma da complexidade e teoria das organizações: uma reflexão epistemológica. *Revista de Administração de Empresas*, v. 50, n. 3, p. 276-287, 2010.
- SOUZA, R. F.; STUMPF, I. R. C. Ciência da informação como área do conhecimento: Abordagem no contexto da pesquisa e da pós-graduação no Brasil. *Perspectivas em Gestão da Informação*, Belo Horizonte, v. 14, n. esp., p. 41-58, 2009.
- SYNNOTT, William R.; GRUBER, W. H. *Information resource management*: opportunities and strategies for the 1980s. New York: Wiley, 1981.
- SYNNOTT, W.R. *The Information Weapon*: Winning Customers and Markets with Technology. New York: Wiley, 1987.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.
- VALENTIM, M. L. P.; GELINSKI, J. V. V. Gestão do conhecimento como parte do processo de inteligência competitiva organizacional. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.15, n.2, p.41-59, jul./dez. 2005.
- VODÁČEK, L. K. Knowledge Management und Kommunikationssysteme, Workflow Management, Multimedia, Knowledge Transfer. In: INTERNATIONALEN SYMPOSIUMS FÜR INFORMATIONSWISSENSCHAFT, 6., 1998, Prague. *Proceedings[...]*. Prague: [s.n.], 1998. p. 3-7.
- VODÁČEK, L.; VODÁČKOVÁ, O. *Management Theory and Practices for the 1990s*. Prague: Management Press, 1996.
- VODÁČEK L.; ROSICKÝ, A. *Information Management*: Concept, Role and Applications. Prague: Management Press, 1997.
- WILSON, T. D. Information management. In: FEATHER, J.; STURGES, P. (ed.). *International encyclopedia of information and library science*. 2nd ed. London: Routledge, 2002. p. 263-278.